



Quem precisa de quem? as práticas estratégicas das organizações da sociedade civil (OSCs) no contexto da imigração em Portugal

Aline Chima Komino* e Elisa Yoshie Ichikawa

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: alinechima@hotmail.com

RESUMO. No cenário de imigração e refúgio em Portugal, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel crucial no apoio e na integração de indivíduos deslocados. A partir dos textos de Michel de Certeau, este estudo se propôs a investigar as práticas estratégicas adotadas por essas entidades na prestação de serviços e suporte aos imigrantes e refugiados. Para tal, partindo de uma perspectiva etnográfica, dezessete observações em atividades promovidas pelas OSCs e seis entrevistas com voluntários, pesquisadores da área e funcionários das organizações institucionais foram realizadas como aporte metodológico. Identificamos as seguintes estratégias: a centralização do acolhimento para manter recursos e financiamentos; o uso ou recusa da religião para legitimar ações e obter apoio comunitário; a advocacia jurídica para influenciar políticas públicas e se posicionar como agentes de mudança política; e a promoção da integração social para facilitar a participação ativa dos imigrantes na comunidade local e reduzir tensões. Contudo, embora atuem na assistência, também dependem da permanência dos imigrantes e refugiados como 'objetos' de intervenção, perpetuando um ciclo de dependência. Esses resultados demonstram como as OSCs estabelecem e mantêm relações de poder dentro de uma sociedade e revelam como navegam pelos desafios institucionais e sociais, buscando maximizar seu impacto através das estratégias utilizadas.

Palavras-chave: Michel de Certeau; sociedade civil; políticas migratórias; refúgio; relações de poder.

Who welcomes whom? the strategic practices of civil society organizations (CSOs) in the context of immigration in Portugal

ABSTRACT. In the context of immigration and refuge in Portugal, Civil Society Organizations (CSOs) play a crucial role in supporting and integrating displaced individuals. Drawing on Michel de Certeau's works, this study aimed to investigate the strategic practices adopted by these entities in providing services and support to immigrants and refugees. From an ethnographic perspective, the methodological approach included seventeen observations of activities promoted by CSOs, six interviews with volunteers, researchers in the field, and organization staff, as well as an analysis of institutional documents. We identified the following strategies: centralizing assistance to maintain resources and funding; using or rejecting religion to legitimize actions and gain community support; legal advocacy to influence public policies and position themselves as agents of political change; and promoting social integration to facilitate immigrants' active participation in the local community and reduce tensions. Together, these findings demonstrate how CSOs establish and maintain power relations within society beyond tactical approaches, revealing how they navigate institutional and social challenges while aiming to maximize their impact through strategic actions.

Keywords: Michel de Certeau; civil society; migration policies; refuge; power relations.

Received on November 16, 2024.

Accepted on April 23, 2025.

Introdução

No contexto contemporâneo, as questões relacionadas à imigração e aos refugiados têm gerado um debate acalorado e uma demanda crescente por respostas eficazes por parte das sociedades e governos em

todo o mundo. Em Portugal, país que experimentou (e ainda vive) mudanças significativas em seu perfil migratório nas últimas décadas, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel fundamental no apoio e na integração de imigrantes e refugiados, como evidenciam pesquisas como a de Sousa et al. (2022), Maia et al. (2019) e Bäckström et al. (2023). No entanto, o trabalho dessas OSCs é permeado por uma série de desafios e particularidades ainda pouco exploradas.

Neste contexto, este artigo propõe investigar as práticas chamadas de ‘estratégias’ adotadas pelas OSCs que prestam apoio a imigrantes e refugiados em Portugal. Por estratégias, partimos da teoria de Michel de Certeau para compreender e interpretar essas práticas. A partir dessa análise, esperamos nos aproximar da realidade vivida por essas instituições e do seu papel na sociedade portuguesa.

Para Certeau (2014), o ‘cotidiano’ refere-se às práticas e atividades que as pessoas realizam em seu dia a dia, frequentemente de maneira quase invisível, e que são muitas vezes subestimadas pelas análises tradicionais. Para Certeau (2014), as práticas cotidianas se dividem, mas de forma não dicotômica, entre estratégias e táticas: estratégias são ações calculadas a partir de instituições e estruturas de poder, visando controlar e organizar espaços e comportamentos; táticas, por outro lado, são as maneiras pelas quais os indivíduos comuns desviam e subvertem essas estratégias para criar espaços de autonomia e resistência (Certeau, 2014).

Diversos estudos exploraram o cotidiano sob a ótica de Certeau, com ênfase nas táticas como formas de resistência (e.g., Talvitie-Lamber et al., 2022; Sereke & Drzewiecka, 2023; Roşianu & Prieset, 2024). Outros discutiram a interação entre táticas e estratégias, indo além de uma visão dicotômica para entender as dinâmicas entre práticas e estruturas de poder (Carrieri et al., 2020; Randall, 2021; Silva & Fantinel, 2021; Wang, 2024). Pesquisas adicionais ampliaram essas análises ao investigar o cotidiano em diferentes contextos (Guarnieri & Vieira, 2020; Spiller et al., 2022) ou ao abordar a gestão ordinária e seus impactos nos processos organizacionais (Euflausino & Ichikawa, 2022; Morais & Cavalcante, 2024; Machado et al., 2024; Klozovski, Ichikawa, & Angnes, 2024)

No entanto, ainda são escassas as pesquisas que buscam focar exclusivamente nas práticas chamadas de estratégias por Certeau (2014), como no caso do estudo de Sampaio et al. (2013). Assim, ainda são poucos os estudos que procuram observar a relação das práticas estratégias e como uma organização, instituição ou um indivíduo as utiliza para a manutenção do seu lugar de poder. Essa lacuna abre espaço para uma análise mais profunda das estratégias, tema que este estudo busca aprofundar.

Dessa forma, este artigo está estruturado do seguinte modo: primeiro apresentamos os estudos das práticas cotidianas em Certeau, com foco na estratégia; em seguida, partimos para a metodologia, descrevendo como ocorreu a coleta de dados; por fim, apresentamos os dados coletados, a discussão dos resultados e as considerações finais.

A estratégia em Certeau

Em suas investigações, Michel de Certeau buscou analisar o cotidiano através das ‘artes de fazer’, um conhecimento tácito que se manifesta nas práticas diárias. Conforme Certeau (2014, p. 38), “[...] o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. O autor concentra seus estudos nas microformas de resistência contra as forças hegemônicas que exercem pressão e opressão nas relações de poder. Essa perspectiva permite compreender como as práticas cotidianas, embora pareçam rotineiras e normatizadas, na verdade representam formas sutis de resistência e criatividade, revelando uma dimensão complexa e simbólica do dia a dia.

Certeau (2014) procura estudar essas práticas e a organização da vida cotidiana a partir de sua noção de tática e estratégia. A ‘arte do fraco’ refere-se à tática, uma ‘arte de driblar a dominação no cotidiano’ e ‘captar no voo’ uma oportunidade de ganho. Aqui se insere a criatividade do indivíduo comum, a astúcia de encontrar brechas e falhas no poder dominante. Conforme Yamamoto e Ichikawa (2023, p. 4), as práticas táticas “[...] não possuem lugar, demandando uma atenção contínua às oportunidades [...]”; elas precisam estar atentas para conseguir captar ganhos quando há uma chance. A tática é a ‘arte de dar um golpe’, um cálculo sem fronteiras fixas, dependendo do tempo para obter uma oportunidade.

O lugar que possui um próprio é chamado de estratégia. Buchanan (2000) exemplifica esse lugar de poder como uma zona protegida, onde as variáveis da vida cotidiana são limitadas, com uma previsibilidade quase domesticada. É válido lembrar, como coloca Leite (2010), que o próprio é uma espécie de ‘demarcação espacial’; ele detém o lugar. Percebe-se assim que a estratégia é “[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente” (Certeau, 2014, p. 45).

Na tática, não é possível tomar medidas contra essas variáveis, pois elas não são previsíveis e rompem com a normalidade. A tática pode romper totalmente com uma ordem ou ser passageira, pois está em constante movimento. Já a estratégia é a posição do dominante, podendo ser ocupada tanto por pessoas quanto por instituições, sendo um “[...] tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (Certeau, 2014, p. 94).

Para tratar da estratégia e da tática, também devemos ter em mente que Certeau (2014) procurava desafiar uma lógica dualista onde as posições de dominante e dominado são fixas. Belcher (2019) nos lembra que essas posições são flexíveis e variam conforme o contexto relacional. O cotidiano, assim, se transforma em um campo de batalha, onde existe uma relação dinâmica, mas não dicotômica, entre tática e estratégia. Essa relação é dinâmica porque as posições oscilam, dependendo do tempo e do lugar em que o indivíduo se encontra.

Assim, nesta pesquisa, partimos de Certeau (2014) para explorar as práticas chamadas por ele de estratégias. Andres et al. (2020) alertam que, embora haja vasta pesquisa sobre as táticas e sua capacidade de subverter a ordem, há uma lacuna no estudo das relações entre as estratégias, que frequentemente se inter-relacionam e entram em conflito dentro de um determinado contexto. Além disso, é importante questionar a visão dicotômica tradicional que separa estratégia e tática como entidades opostas. As práticas estratégias e as práticas táticas, muitas vezes, se misturam e coexistem de forma ambivalente, moldando o cotidiano das organizações. No entanto, apesar dessa interdependência, os estudos existentes tendem a privilegiar a análise das táticas e das micro resistências cotidianas. Essa abordagem, muitas vezes, reduz a compreensão das complexas dinâmicas de poder que emergem quando múltiplas estratégias se encontram, competem ou colaboram em busca de influência.

Investigar essas interações é crucial para compreender como as organizações da sociedade civil em Portugal mantêm ou expandem seu lugar de influência, evidenciando que estratégia e tática não são realidades estanques, mas campos fluidos e tensionados, que demandam uma análise mais detalhada.

O percurso metodológico da pesquisa

A coleta

As OSCs desempenham um papel crucial no apoio e no processo de acolhimento de imigrantes e refugiados em Portugal. Embora o *site* do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) registre 152 instituições reconhecidas no país, esse número é possivelmente maior, já que muitas organizações não buscam formalizar seu registro ou estão vinculadas a instituições religiosas. Embora a legislação portuguesa seja mais ‘generosa’ em comparação a outros países europeus, ainda falta uma estrutura adequada para o acolhimento de imigrantes e refugiados.

O Estado, em Portugal, foca na regulamentação, análise de documentos e concessão de vistos, mas oferece pouco suporte no processo de chegada ou orientação para regularização. Esse papel recai amplamente sobre as OSCs, que se ocupam com o acolhimento, especialmente de refugiados, através de programas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR (Sousa et al., 2022). Neste caso a sociedade civil tem contribuído com respostas solidárias significativas, incentivando o voluntariado em instituições de apoio. Apesar do reconhecimento das OSCs na integração dos imigrantes, sua influência nas políticas migratórias e nos processos de integração ainda é pouco discutida, sendo essencial explorar essas dinâmicas para entender seu impacto.

A coleta de dados para este estudo seguiu uma abordagem etnográfica, com foco em observações e interações no campo (Cavedon, 2003; Uriarte, 2012). O período de campo foi realizado durante o doutorado-sanduíche da primeira autora na Universidade de Lisboa, entre setembro de 2023 e março de 2024, especificamente no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Durante esse período, foram realizadas 17 observações e 6 entrevistas não estruturadas com membros de cinco Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam no acolhimento de imigrantes e refugiados em Portugal (Tabela 1).

A busca inicial pelas OSCs foi realizada por meio das redes sociais, utilizando a relação de organizações disponibilizada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Mais de 40 organizações foram identificadas, com algumas focadas exclusivamente no acolhimento de refugiados e outras atendendo a imigrantes de diversas nacionalidades. A monitorização dessas organizações e seus perfis nas redes sociais permitiu à pesquisadora uma aproximação gradual com o campo, acompanhando eventos abertos ao

público, como palestras e encontros de integração. Essas ações permitiram à autora se familiarizar com o contexto social e institucional das OSCs e estabelecer as primeiras interações com as instituições.

Tabela 1. Lista de observações realizadas.

Organização	Observações
V	7
W	2
X	4
Y	2
Z	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Além das observações em eventos, a pesquisadora atuou como voluntária em uma das OSCs, a organização V, participando ativamente em um projeto financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Essa experiência permitiu uma observação mais profunda das práticas organizacionais e do cotidiano das OSCs, oferecendo insights sobre as interações entre essas organizações e o Estado português. A participação nesses eventos proporcionou também a oportunidade de realizar conversas informais com funcionários, voluntários e imigrantes, contribuindo para a ampliação da compreensão sobre as dinâmicas de acolhimento e integração.

A análise

A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo e aplicada em uma abordagem categorial temática (Franco, 2008). Após a coleta dos dados por meio das observações e entrevistas, os diários de campo foram transcritos e sistematizados. A seguir, os dados foram organizados em categorias que emergiram a partir da leitura e reflexão sobre o material coletado.

As categorias construídas a posteriori foram as seguintes: (a) a centralização do acolhimento para garantir recursos e financiamento; (b) o uso ou recusa da religião para legitimar ações e obter apoio comunitário; (c) a advocacia jurídica como estratégia para influenciar políticas públicas; e (d) a promoção da integração social para facilitar a participação dos imigrantes na comunidade local. Essas categorias representam as principais dinâmicas encontradas nas práticas das OSCs, revelando como as organizações operam em um cenário de vulnerabilidade e estratégias de sobrevivência, em um contexto de escassez de recursos e influência política limitada.

Ressalta-se ainda que essas categorias não são excludentes entre si, mas sim interdependentes, e refletem a complexidade das práticas estratégicas das OSCs. A análise dos dados também destacou as contradições e desafios enfrentados pelas organizações, especialmente em relação à sua dependência do Estado para a implementação de políticas públicas e ao mesmo tempo sua necessidade de garantir a continuidade de suas operações e o controle sobre os recursos destinados ao acolhimento e integração dos imigrantes e refugiados.

O que os dados revelaram

Nos tópicos a seguir, apresentaremos e interpretaremos as categorias que emergiram da coleta de dados:

A centralização do acolhimento

Em diversos dos encontros, quando eram debatidas as dificuldades que as organizações sofriam para dar conta de receber e dar o suporte para os imigrantes e refugiados, sentia-se falta de uma fala que responsabilizasse a inércia do governo e de políticas públicas. Nas 17 observações realizadas, somente em duas houve a participação de algum representante do poder público. Em nenhum desses dois casos houve alguma cobrança, pelo contrário, foram presenças formais, com falas rápidas e genéricas agradecendo o trabalho das instituições da sociedade civil.

Conversou-se sobre isso com seis pesquisadores portugueses que trabalham com migração onde perguntou-se sobre o papel do Estado no processo de acolhimento e suporte aos imigrantes. Todos contaram que o poder público acabou delegando boa parte desse suporte às OSCs, ficando com a dimensão burocrática. Em uma das entrevistas, com uma pesquisadora brasileira que mora em Portugal, ela pondera: “[...] essa descentralização tem o seu lado bom e o seu lado ruim, para nós brasileiros é estranho né? No

Brasil estamos acostumados com políticas públicas de assistencialismo”. No Brasil, há uma centralização em torno do Estado, tanto no âmbito burocrático quanto na assistência, o que não ocorre em Portugal.

Durante o voluntariado, em conversa com funcionários da OSC V, questionou-se sobre o papel do governo. Uma das funcionárias, que inclusive era brasileira, comentou que a sociedade civil, atualmente, conhece muito mais a realidade vivida pelos imigrantes e refugiados. Além disso, destacou que muitos deles preferem uma menor presença do governo, pois assim têm mais autonomia. Além disso, os recursos de financiamento do FAMI giram muito em torno dessa inoperância do poder público, que delegou essa atividade às OSCs. Em uma reunião, em que a pesquisadora participou junto com a OSC X, o vice-presidente da instituição explicou que o governo dá o apoio financeiro, mas não desenvolve projetos nacionais ou políticas públicas voltadas à população imigrante e refugiada. Mesmo com algumas, não todas, dessas OSCs possuindo uma atividade política, não é de interesse delas que o governo participe com políticas próprias.

O problema com os editais de financiamento é que não há verba para todas as OSCs ativas em Portugal. Essa escassez de recursos acaba gerando uma disputa entre as próprias instituições, que acabam trabalhando como rivais. Em uma das primeiras observações junto com a instituição V, uma funcionária contou um pouco como funcionam esses editais e complementa que há sim uma rivalidade, em que elas disputam quem é a mais legítima e com mais influência política. A centralização surge como uma estratégia para manter sua necessidade na sociedade como também seu recurso financeiro. Mas não é só por recurso que elas brigam, há também a disputa por uma posição central, de ser a mais influente.

Conforme as observações foram ocorrendo, essa rivalidade e disputa por legitimidade passou a ficar mais evidente. Em um encontro, promovido pela OSC Y, a pesquisadora encontrou-se com uma colega que já havia conhecido em um evento da instituição V, ambas voltadas para imigrantes, mais especificamente brasileiros. Ela apresenta a pesquisadora às colegas e não cita de onde a conhece, e acaba dizendo “Ah, eu a conheço de outras lutas”. Vejam que ela evita citar a outra instituição, desconversando, provavelmente por haver uma disputa entre elas.

Percebe-se que essa busca por legitimidade e pela centralização do acolhimento está sempre presente nas falas, principalmente em eventos que contam com pessoas imigrantes e refugiadas. Há sempre um discurso voltado a mostrar o que a instituição faz de importante, assim como há uma briga entre as instituições por representatividade em eventos públicos, inclusive promovidos pelo governo. Um exemplo disso foi um evento, promovido pela OSC Z, voltada mais para o acolhimento de pessoas refugiadas, que mostrava os resultados de um programa, também financiado pelo FAMI, de ensino da língua portuguesa. No evento, estavam presentes alguns estudantes que passaram pelo curso, entretanto, não foi dada a palavra a eles em nenhum momento. A apresentação do projeto final enfatizou mais a significativa atuação dos voluntários e funcionários da instituição do que propriamente os resultados alcançados.

Essa prática estratégia (Certeau, 2014) de centralizar o acolhimento e de procurar minimizar a intervenção do governo busca posicionar a OSC como a principal, senão a única, fonte de suporte e assistência. Assim, as OSCs visam manter o controle sobre os recursos e serviços fornecidos, mencionando que suas abordagens são mais humanitárias e personalizadas, enquanto as políticas governamentais são mais rígidas ou impessoais, ao mesmo tempo em que sabem que é a inoperância do governo que muitas vezes garante a elas os recursos via FAMI e outros editais. Esta estratégia fortalece a autonomia e a manutenção da existência das OSCs.

Uso da religião para legitimação

Das cinco organizações observadas, somente uma tinha ligação com a igreja católica. Mesmo acolhendo alguns imigrantes, a instituição W é mais voltada ao suporte de pessoas em situação de refúgio. Durante o voluntariado com a OSC V, a pesquisadora também foi a um evento dentro de uma igreja evangélica.

O contato chave durante o voluntariado explica que muitas OSCs fazem parcerias com as igrejas, de diversas religiões, para promover projetos e encontros. Essa pessoa, inclusive, relata uma dificuldade de fazer essas alianças com a igreja católica e com a igreja batista. De acordo com a opinião dela, são instituições religiosas que preferem centralizar esse tipo de acolhimento entre elas, não envolvendo instituições não religiosas.

Quando se trata da igreja católica, há uma organização posta, que além de possuir os recursos da própria igreja, também possui dos editais de financiamento do FAMI. Em um dos eventos da organização W, voltado para refugiados afegãos, não ficou perceptível uma tentativa de evangelização, algo que em outros momentos foi até citado como ponto positivo por parte dos refugiados e refugiadas afegãos de religião islâmica.

Por ser a igreja católica uma instituição consolidada, com poder econômico, político e social, as OSCs ligadas a ela acabam tendo conexões que outras não possuem. Assim como os imigrantes e refugiados que se envolvem nessas instituições acabam sendo beneficiados por esses contatos. Ao analisar essa prática, é importante lembrar da relação e a presença histórica entre Portugal e a igreja católica (Malafaia et al., 2017).

A igreja católica ainda possui grande influência dentro de Portugal, o que confere a essas OSCs certa legitimidade. Portugal possui cerca de 80% das pessoas declaradas como católicas (Universidade Católica Portuguesa, 2022), esse fato também influencia na quantidade de voluntários. Em uma conversa com uma instituição não religiosa, eles relatam a dificuldade de achar voluntários por não terem ligação religiosa. Ao mesmo tempo, há o discurso de que os voluntários de associações religiosas não são de fatos voluntários, e que estão lá por conta do viés evangelizador ou da própria salvação.

As OSCs podem utilizar a religião como uma ferramenta para legitimar, frente as outras instituições, suas ações e presença no campo da imigração e do refúgio. Esta prática fortalece a posição das OSCs na sociedade, facilitando a obtenção de recursos e apoio. Durante um dos eventos, em diálogo com uma das funcionárias, questionou-se, por curiosidade, sobre o acesso ao ensino superior. Ela respondeu que por parte do governo português não há nenhum programa que facilite ou incentive esse acesso, mas que há uma parceria entre a instituição com faculdades e universidades católicas. Ela explica que eles abrem algumas vagas, mas que não há processo seletivo formalizado, e que muitas vezes são eles que encaminham os alunos, que ganham bolsas nessas faculdades ou universidades.

Ao mesmo tempo em que o alinhamento com a religião pode ser positivo para essas OSCs, algumas utilizam da laicidade para se diferenciar, argumentando que não há um viés evangelizador por trás. Em uma reunião com a instituição X, voltada para refugiados, o vice-presidente conta que essas OSCs ligadas à igreja são vistas por eles como 'rivais'. Pois ele acredita ser injusto elas participarem dos editais de financiamento, ao mesmo tempo em que ganham recursos da igreja. Uma das diretoras ainda diz que “[...] nossa organização não tem ligação com a religião, esse é o nosso diferencial, vamos acolher a todos”.

Neste discurso, a religião ora é utilizada como argumento para legitimação, ora é recusada por se tornar ponto de diferenciação. Cada OSC se apropria do discurso religioso conforme seja benéfico para ela. Para além da rivalidade pela disputa econômica, há também uma disputa por ideais legítimos. Qual voluntariado é realmente voluntário, sem segundas intenções?

Dessa forma, a religião não se apresenta apenas como um elemento simbólico, mas como uma estratégia que pode ser mobilizada de diferentes maneiras, conforme os interesses e contextos de cada OSC. Seja para fortalecer a legitimidade da organização, atrair voluntários ou diferenciar-se de outras instituições, sua utilização ultrapassa a dimensão da fé e adquire um caráter instrumental. Assim, o uso da religião como prática estratégica revela não apenas as dinâmicas de poder e disputa no campo do acolhimento, mas também os limites e contradições do próprio voluntariado.

Advocacia jurídica e influência política

Grande parte das atividades das OSCs gira em torno de oferecer serviços jurídicos para imigrantes e refugiados, ajudando-os a navegar no sistema legal e a obter direitos e *status* legais. Todas as instituições pesquisadas possuem algum tipo de suporte jurídico. Ao fornecer esse suporte, as OSCs não apenas ajudam diretamente os imigrantes e refugiados, mas também se posicionam como autoridades no campo de direitos humanos e imigração.

Deter esse conhecimento é como também se diferenciam do próprio governo. Por saberem como funcionam os trâmites jurídicos, essas organizações possuem um conhecimento da realidade dos imigrantes e refugiados, que passam por dificuldades para compreender todo o processo, como também acabam adquirindo um conhecimento de como navegar pelas normas jurídicas, conhecendo os atalhos e as especificidades das legislações.

Por exemplo, a instituição V conta com um horário aberto, em que o imigrante ou refugiado pode ir ao local conversar com uma advogada sem hora marcada, sendo o atendimento por fila. A organização X auxilia em todo o processo de solicitação de asilo, o que em conversa com a diretora, ela relata ser um dos trâmites mais importantes por eles realizados.

As redes sociais acabam sendo as grandes aliadas nesse processo, em que elas conseguem divulgar sobre leis e normas e sobre os procedimentos jurídicos básicos. Deter esse conhecimento também coloca as OSCs em uma posição importante, em que muitas vezes o governo depende delas para divulgar e orientar sobre esses trâmites. Esse conhecimento lhes confere uma voz para influenciar mudanças legislativas e políticas,

pois essas organizações, principalmente as não religiosas, se tornam agentes políticos ao influenciar políticas públicas e participar ativamente de processos eleitorais, sendo consultadas por formuladores de políticas. Muitos candidatos políticos também buscam apoio dessas instituições, pois sabem da influência que elas possuem, e prometem em seus discursos eleitorais aumentar o investimento e ampliar o financiamento para elas.

Esta prática reforça o papel das OSCs como atores políticos e sociais essenciais, capazes de provocar mudanças significativas na legislação e na opinião pública. Entretanto, pode atrair oposição de grupos políticos que veem as OSCs como interferentes ou demasiado poderosas.

Integração e participação comunitária

Além de oferecer os serviços jurídicos, as OSCs implementam programas que promovem a integração social e cultural dos imigrantes e refugiados, facilitando a sua participação ativa na comunidade local. Isso pode incluir cursos de língua, eventos culturais e programas de capacitação profissional. Durante as observações, a pesquisadora participou de alguns eventos que tinham como foco o curso de línguas, e três das dezessete observações realizadas tinham como proposta a recolocação profissional. Dentro dos editais da FAMI, há sempre uma preocupação com esses “processos de integração” voltado ao mercado profissional.

De fato, os cursos de língua portuguesa são fundamentais, pois o domínio do idioma facilita a comunicação, o acesso aos serviços públicos e a participação no mercado de trabalho. As OSCs oferecem aulas de português adaptadas aos diferentes níveis de proficiência dos imigrantes, permitindo que eles adquiram as habilidades linguísticas necessárias para se comunicar no cotidiano. No entanto, nem sempre há vagas para todos, e durante as observações, ouviu-se relatos de imigrantes e refugiados que disseram ser necessário ter alguém que os indicasse, ter algum contato chave para conseguir a vaga.

Os treinamentos profissionais e as oficinas de capacitação também são componentes que fazem parte das iniciativas de integração. Esses programas visam ajudar os imigrantes a adquirir novas competências e qualificações, informando sobre cursos e vagas de emprego disponíveis. Em um dos encontros, na instituição V, o foco era um *workshop* de recolocação profissional, que mostrava um pouco sobre a formação educacional em Portugal e dava algumas dicas de como se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, o acesso ao ensino superior e a busca por uma carreira e uma profissionalização não eram temas muito abordados. Os direcionamentos eram sempre na busca por um emprego na área de serviços, ou, como chamam em Portugal, restauração. Não havia um direcionamento para que a pessoa, já qualificada e com uma carreira consolidada em seu país de origem, pudesse dar continuidade em Portugal.

Em conversa com o vice-presidente da OSC X, perguntou-se sobre o acesso de imigrantes e refugiados ao ensino superior. A resposta foi: "Ah, essas pessoas têm outras preocupações, estudar não é uma delas, primeiro eles precisam achar meios de se sustentar". Essa fala revela uma percepção que não apenas vitimiza, mas também desconsidera as complexidades das aspirações desses indivíduos, assumindo uma postura colonialista (Schinkel, 2022). Ao afirmar "[...] saber o que essas pessoas querem [...]", o funcionário demonstra uma visão colonial que retira a agência dos imigrantes e refugiados, substituindo suas ambições por uma interpretação externa que os coloca em uma posição de inferioridade (Celik-Rappas, 2017).

Podemos entender essa dinâmica como uma manifestação das relações de poder que se constituem no nível discursivo e cotidiano, nas quais o poder opera por meio de discursos que produzem ‘verdades’ sobre sujeitos subalternizados. Aqui, o funcionário exerce um poder de definição e categorização, controlando quais necessidades e aspirações são legítimas ou prioritárias para os imigrantes. Esse poder, conforme Foucault (2022), não é centralizado ou necessariamente coercitivo, mas capilar, disseminado por instituições e práticas que parecem neutras, como o trabalho assistencial das OSCs. A fala do funcionário exemplifica como o poder opera para moldar o comportamento e as expectativas dos imigrantes e refugiados, impondo-lhes uma narrativa que limita suas opções e mantém as hierarquias de saber e controle. A resposta desconsidera o fato de que o desejo de acessar a educação superior pode ser parte das ambições dessas pessoas, enquanto os funcionários da organização mantêm um discurso que os confina a necessidades básicas.

Após essa fala, percebeu-se também que poucas das OSCs observadas contam com uma participação ativa de imigrantes e pessoas refugiadas. Mesmo aquelas que possuem imigrantes na sua equipe, são pessoas que já estão com residência em Portugal, morando há muitos anos no país, ou situações em que a pessoa possui dupla cidadania. Nas instituições voltadas para refugiados, conversou-se com dois funcionários que passaram pela situação de refúgio, mas que hoje já possuem sua residência fixa em Portugal.

Há também os projetos de conscientização para a comunidade portuguesa sobre a realidade vivida pelas pessoas imigrantes e refugiadas. Em um dos encontros durante o voluntariado na organização V, o intuito era falar sobre mulheres migrantes e violência de gênero com funcionários da área da saúde, grande parte portugueses. Esse foi um dos poucos projetos em que a busca é também integrar a sociedade portuguesa aos imigrantes, e o encontro foi polêmico. Muitas falas mostraram ainda o desconhecimento e os estereótipos sobre a realidade das mulheres imigrantes em Portugal. Em um momento, uma participante, que era assistente de saúde, diz que “[...] essas mulheres vão lá na gente, mas elas mentem muito [...]” e em outro caso, seu colega diz “[...] não adianta vir para cá sem saber português, não posso ajudar elas assim”. A palestrante tentou contornar a situação, principalmente mostrando que cada caso é um caso, procurando desconstruir uma ideia de que a realidade dessas mulheres é homogênea.

No entanto, grande parte das atividades presenciadas falava da integração em uma mão única, dos imigrantes e refugiados à sociedade portuguesa. Pouco se ouviu sobre integrar a cultura e a vivência dessas pessoas dentro da comunidade portuguesa. A integração sempre perpassava o discurso de entrada ao mercado de trabalho e o aprender a língua portuguesa.

Discussão

As práticas estratégicas (Certeau, 2014) adotadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em Portugal, como a centralização do acolhimento, o uso ou recusa da religião, prestação de advocacia jurídica, a atuação na formulação de políticas públicas, e a promoção da integração social, revelam a complexidade e a profundidade do papel dessas organizações no contexto migratório.

Para melhor organização da leitura, trabalharemos essas práticas de forma separada, entretanto, elas ocorrem no cotidiano de forma entrelaçada. A centralização do acolhimento e a busca por legitimidade perpassa o uso ou não da religião e a prática da advocacia jurídica. Para muitas OSCs, ser parte de uma instituição religiosa confere legitimidade, assim como para outra a laicidade é vista como positiva. O suporte jurídico confere às instituições um conhecimento que é utilizado para fortalecer a centralização do acolhimento, tanto os imigrantes e refugiados acabam precisando das OSCs para dar andamento em seus documentos e processos legais, assim como o poder público conta com esse auxílio para acelerar os processos burocráticos. Pela proximidade com os imigrantes e refugiados, as OSCs se tornam poderosas nesse meio, adquirindo também atuação na formulação de políticas públicas, o que se relaciona com os projetos que visam à integração social.

Como nos lembra Certeau (2014), as práticas traçam trajetórias indeterminadas, evocando um movimento temporal no espaço, não sendo possível observá-las de maneira categorizada, em pontos dentro de uma sequência espacial. Essas práticas estratégicas abordadas neste artigo surgem no cotidiano a partir de e para deter um próprio, elas são calculadas pelas OSCs para delimitar seu lugar, surgindo de forma articulada com o cotidiano.

Há uma dinâmica de poder entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o Estado e os imigrantes e refugiados, que frequentemente dependem dessas instituições no processo de acolhimento e recepção. Essas práticas estratégicas surgem como formas de delimitação e consolidação de um lugar de poder (Certeau, 2014). As OSCs atuam como mediadoras entre o Estado e os sujeitos acolhidos, articulando suas ações de modo a garantir não apenas recursos financeiros – provenientes de editais e fundos como o FAMI – mas também a sua legitimidade e influência no cenário social português. Nesse sentido, a centralização do acolhimento torna-se uma estratégia para concentrar esforços, recursos e, sobretudo, poder, reafirmando o papel dessas organizações como atores imprescindíveis no campo das políticas de migração.

No entanto, essa centralização também revela uma ambivalência nas práticas de acolhimento. Por um lado, as OSCs exercem uma função assistencial e protetiva, proporcionando serviços e suporte crucial para os imigrantes e refugiados. Por outro, essas estratégias podem reproduzir relações assimétricas de poder, onde a suposta ‘proteção’ oferecida pelas organizações também opera como uma forma de controle. Ao definir as necessidades prioritárias e moldar as interações com o Estado, as OSCs acabam por ocupar uma posição de autoridade sobre os imigrantes e refugiados, limitando suas possibilidades de participação ativa. Nesse cenário, a luta pelo acesso a recursos e influência não se dá apenas entre as OSCs, mas também na forma como esses recursos moldam as vidas daqueles que estão sob seu cuidado.

Essa centralização demarca um território e coloca a OSCs em um lugar dominante dentro do contexto de refúgio e de migração na sociedade portuguesa. O uso ou não da religião aparece como prática estratégia de

legitimidade e de diferenciação entre as OSCs. As organizações religiosas tendem a aproveitar a fé compartilhada para fortalecer o apoio comunitário, mas isso pode excluir aqueles que não compartilham das mesmas crenças. Por outro lado, as OSCs laicas defendem que possuem um ambiente mais inclusivo, mas podem enfrentar desafios adicionais para mobilizar recursos e voluntários sem a rede de apoio que a religião pode oferecer.

Para Certeau (2014), aqueles que detêm o lugar da estratégia possuem o poder de impor normas e comportamentos aos indivíduos. A advocacia jurídica e a promoção da integração social são duas práticas que colocam os imigrantes e refugiados em uma situação de dependência, em que pode ser possível observar esse controle. Com a advocacia, os imigrantes e refugiados dependem das OSCs para regularizar sua situação no país, e acabam tendo que fazer o que as instituições orientam. A prática de integração, por sua vez, visa ensinar os costumes e hábitos para que as pessoas refugiadas e imigrantes sejam mais bem domesticadas às normas da sociedade portuguesa.

Schinkel e Reekum (2024) alertam para o uso excessivo e problemático do termo "integração de imigrantes", que muitas vezes flerta com um multiculturalismo fracassado e encobre discursos xenófobos e racistas. O autor critica como essa narrativa de integração transfere para o imigrante a responsabilidade de se adequar a uma sociedade idealizada, muitas vezes representada por uma norma europeia e branca. A promessa implícita é que, ao se 'integrar', o imigrante terá acesso aos mesmos direitos e benefícios que os nativos, uma expectativa muitas vezes inalcançável e excludente. Nesse sentido, mesmo que em alguns casos a promoção da integração social por parte das OSCs seja importante, como no ensino da língua portuguesa, ela também pode flertar com essa ideia falaciosa, colocando o peso da adaptação exclusivamente nos ombros dos imigrantes, sem questionar o sistema que impõe tais normas.

No entanto, como lembra Certeau (2014), não podemos interpretar esses sujeitos como meramente passivos ou vítimas desse processo. Frijhoff (2018) nos oferece a noção de apropriação, que pode ocorrer de duas maneiras: por um lado, como estratégia de dominação cultural, através da qual o poder dominante busca homogeneizar e controlar; por outro lado, como tática, em que os imigrantes se apropriam das normas impostas para subvertê-las em benefício próprio.

Nesse sentido, ainda que o discurso de integração possa ser uma armadilha que busca a conformidade, não podemos enxergar os imigrantes como ingênuos frente a essas dinâmicas. Ao contrário, como Certeau (2014) nos ensina, pelas táticas se abrem brechas nas regras estabelecidas, criando novos espaços e contornando as imposições do poder.

Neste ponto, essa prática atualmente visa conformar esses corpos imigrantes e refugiados dentro do aceitável pela comunidade portuguesa. É preciso pensar que a integração precisa vir em duas vias, não somente o imigrante e refugiado se integrar à sociedade portuguesa, mas também a própria sociedade aceitar as culturas dessas pessoas. Além disso, pesquisas como a de Constantino e Minas (2022) já apontam falhas estruturais nos programas que buscam promover essa integração, especialmente criticando a atuação de instituições não governamentais e até de alguns programas governamentais. Essas falhas sugerem que a integração, como tem sido promovida, não leva em conta o potencial criativo dos imigrantes e refugiados para transformar o que lhes é imposto.

A advocacia jurídica se destaca como uma estratégia para influenciar contextos sócio políticos, mas em conjunto com a prática de centralização, visa deter o conhecimento jurídico e da realidade vivida pelos imigrantes e refugiados, engajando-se em esforços de longo prazo para moldar um ambiente político e legal mais favorável para essas instituições. Neste sentido é válido ressaltar a relação entre o poder-saber, afinal, como nos lembra Foucault (2019), o saber não é neutro e é proveniente de relações de poder. Assim, deter esse conhecimento representa para essas OSCs possuir um poder na relação com outras instituições e o próprio Estado, mas também e principalmente com os imigrantes e refugiados, criando uma relação de dependência entre eles e as OSCs detentoras desse saber.

Além disso, aqui vemos uma prática estratégia (Certeau, 2014) que lida com outra instituição que também detém o lugar, o Estado. As estratégias adotadas por essas organizações não apenas se apropriam das lacunas deixadas pelo Estado, mas também procuram promover seu domínio e sua representatividade. Possuem dentro do cenário português uma grande influência, tanto com a população imigrante e refugiada quanto com o governo, que acaba dependendo delas para realizar um trabalho que ele não consegue.

Nesse contexto, o poder das OSCs se manifesta como uma estratégia de permanência e controle, construída sobre a dependência mútua entre o Estado e essas organizações. Embora atuem em nome do acolhimento e integração, suas ações são também uma forma de garantir que o Estado continue ineficaz ou distante no tocante às práticas diretas com imigrantes e refugiados. As OSCs, ao ocuparem esse espaço

deixado pelo Estado, não só assumem a função de mediadoras, mas também consolidam seu próprio lugar de poder, onde a sua presença é legitimada pela perpetuação da vulnerabilidade dessas populações. Nesse caso, as OSCs tornam-se indispensáveis, muitas vezes criando uma dinâmica em que sua atuação estratégica visa assegurar que o Estado permaneça dependente de sua *expertise*, enquanto os imigrantes e refugiados são, paradoxalmente, tanto sujeitos de cuidado quanto justificativas para sua permanência.

A articulação entre as OSCs e o governo português reflete, assim, uma relação complexa de poder. A existência dos imigrantes e refugiados não só legitima a atuação dessas organizações, mas também sustenta sua relevância política e social. Para que as OSCs mantenham sua posição de influência, é fundamental que essas populações continuem a ser percebidas como necessitadas de suporte contínuo. Nesse sentido, o poder exercido por essas organizações não é meramente assistencial; ele também opera como uma estratégia para preservar seu domínio no campo migratório, consolidando sua autoridade tanto perante o governo quanto perante a sociedade.

Considerações finais

Neste artigo, utilizamos o conceito de estratégia de Michel de Certeau para investigar as práticas adotadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que prestam apoio a imigrantes e refugiados em Portugal. A relevância deste estudo está em sua contribuição para o entendimento do papel multifacetado das OSCs no contexto migratório, destacando como essas organizações se posicionam como agentes centrais na gestão dos fluxos migratórios e no suporte a essas populações. A partir das práticas estratégicas, ainda pouco exploradas em comparação com as táticas, evidenciamos um cotidiano de intensa luta, em que as OSCs utilizam os recursos disponíveis para preencher o vazio deixado pelo Estado português.

Reconhecemos que a própria existência dos imigrantes e refugiados, muitas vezes tratados como ‘objetos’ de intervenção, justifica a presença e atuação das OSCs. Nesse contexto, as OSCs dependem da continuidade de um *status quo* no qual o Estado não exerce um papel centralizador nas políticas migratórias, permitindo que elas se apresentem como a principal solução para os desafios do acolhimento. Assim, o poder das OSCs se entrelaça com a fragilidade ou ineficácia percebida do Estado nas questões migratórias, perpetuando um ciclo no qual o controle e a assistência se transformam em ferramentas estratégicas para a manutenção de sua influência.

Sob essa perspectiva crítica, o que é apresentado como apoio aos imigrantes e refugiados pode ser interpretado como parte de uma estratégia maior: as OSCs necessitam que essas populações permaneçam como objetos de suas intervenções para não perderem seu lugar de poder. O estudo, portanto, propõe uma reflexão sobre a necessidade de aumentar a participação política e social dos imigrantes e refugiados, para que não sejam mais tratados apenas como ‘objetos’ que justificam a existência das OSCs.

Por fim, como Certeau (2014) argumenta, o poder das práticas cotidianas reside no que os sujeitos podem fazer com as estruturas de poder que os cercam. Os imigrantes e refugiados não são recipientes passivos dessas normas; ao aceitá-las, eles também podem subverter e desafiar as dinâmicas de poder, criando novas formas de existir em uma sociedade que busca enquadrá-los em padrões preestabelecidos. Porém, este é um tema para um próximo artigo.

Agradecimentos

Agradecemos à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo auxílio para a consecução da presente pesquisa.

Referências

- Andres, L., Jones, L., Denoon-Stevens, S. P., & Melgaço, L. (2020). Negotiating polyvocal strategies: re-reading de Certeau through the lens of urban planning in South Africa. *Urban Studies*, 57(12), 2440-2455. <https://doi.org/10.1177/0042098019875423>
- Bäckström, B., Sousa, L. M. G., Costa, P. M., Magano, O., & Albuquerque, R. S. (2023). Acesso à saúde por parte dos refugiados recolocados: Estratégias de acolhimento e integração das instituições da sociedade civil portuguesa. *Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político - RELASP*, 4(7), 105-136. <https://doi.org/10.35305/rr.v4i7.110>

- Belcher, J. L. A. (2019). Unseeing the body with bodies on the move: an epistemology for bodies through Certeau and holy week processions. *Anglican Theological Review*, 101(3), 407-425. <https://doi.org/10.1177/000332861910100302>
- Buchanan, I. (2000). *Michel de Certeau: cultural theorist*. Sage Publications.
- Carrieri, A. P., Papadopoulos, D., Quaresma Júnior, E. A., & Silva, A. R. L. da. (2020). The ontology of resistance: power, tactics and making do in the Vila Rubim market. *Urban Studies*, 58(8), 1615-1633. <https://doi.org/10.1177/0042098020912193>
- Cavedon, N. R. (2003). *Antropologia para administradores*. Ufrgs.
- Celik-Rappas, I. A. (2017). Refugees as innocent bodies, directors as political activists: Humanitarianism and compassion in European cinema. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 9(23), 81-89.
- Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Vozes.
- Constantino, C., & Minas, M. (2022). 'My new home?': strategies and challenges of refugee integration programs in Portugal. *Journal of Community Psychology*, 50(8), 3792-3808. <https://doi.org/10.1002/jcop.22873>
- Euflausino, M. A., & Ichikawa, E. Y. (2022). Subespécies de capital simbólico no contexto da gestão ordinária. *Organizações & Sociedade*, 29(102), 569-593. <https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0025PT>
- Foucault, M. (2019). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2022). *A microfísica do poder*. Paz e Terra.
- Franco, M. L. P. B. (2008). *Análise de conteúdo*. Liber Livro.
- Frijhoff, W. (2018). Foucault reformed by Certeau: historical strategies of discipline and everyday tactics of appropriation. In J. Neubauer, *Cultural history after Foucault* (pp. 83-100). Routledge.
- Guarnieri, F., & Vieira, F. G. D. (2020). Reinventando o cotidiano: análise de práticas de consumo sob a ótica de Certeau. *Revista de Administração de Empresas*, 60(5), 311-321. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200502>
- Klozovski, M. L., Ichikawa, E. Y., & Angnes, J. S. (2024). A gestão ordinária na comunidade quilombola Paiol de Telha no Paraná: memórias das lideranças sobre as práticas cotidianas antes da expulsão do território. *Organizações & Sociedade*, 31(108), 1-32. <https://doi.org/10.1590/1984-92302024v31n0000PT>
- Leite, R. P. (2010). A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, 53(3), 737-756. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300007>
- Machado, F. C. L., Rodrigues, A., & Fernandes, T. A. (2020). The ordinary, cultures, and management: the organizing processes within the handicraft sector in Piúma (ES), Brazil. *Organizações & Sociedade*, 27(95), 644-673. <https://doi.org/10.1590/1984-92302020v27n9508>
- Maia, M., Peres, A., & Rodrigues, C. (2019). *O papel das organizações da sociedade civil na prevenção das infeções sexualmente transmissíveis em trabalhadores do sexo imigrantes em Portugal*. Clacso.
- Malafaia, C., Luhtakallio, E., & Neves, T. (2017). Being civic while disavowing politics: an ethnography of a youth NGO in Portugal. *Current Sociology*, 66(5), 769-787. <https://doi.org/10.1177/0011392117701021>
- Morais, W. M., & Cavalcante, E. (2024). O cotidiano de Michel de Certeau nas práticas de gestão ordinária de uma organização da sociedade civil de Caruaru, Pernambuco. *Organizações & Sociedade*, 31(108), 62-88. <https://doi.org/10.1590/1984-9230241082024>
- Randall, T. S. (2021). Taking the tactical out of technical: a reassessment of tactical technical communication. *Journal of Technical Writing and Communication*, 52(1), 1-20. <https://doi.org/10.1177/00472816211006316>
- Roşianu, K., & Presset, B. (2024). Coping within the interstices of the neoliberal sports market: using de Certeau to analyse the migration of African mixed martial arts fighters in South Africa. *International Review for the Sociology of Sport*, 60(1), 124-142. <https://doi.org/10.1177/10126902231187462>
- Sampaio, I., Fortunato, G., & Augusto, S. (2013). A estratégia como prática social: o pensar e o agir em um programa social governamental. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 479-499. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302013000300008>

- Schinkel, W. (2022). To decolonize migration studies means to dismantle it: on Adrian Favell's the integration nation and question-ability. *Ethnic and Racial Studies*, 46(8), 1-9. <https://doi.org/10.1080/01419870.2022.2110878>
- Schinkel, W., & Reekum, R. V. (2024). The economy of migration: knowledge, accounting, and debt. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 50(9), 1-19. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2024.2000123>
- Sereke, W. B., & Drzewiecka, J. A. (2023). 'Techniques to be respected as a human being!': moving beyond the binary of strategies and tactics. *Ethnic and Racial Studies*, 1(1), 1-22. <https://doi.org/10.1080/01419870.2023.2256005>
- Silva, N. B. P., & Fantinel, L. D. (2021). Desigualdades e resistências no organizar de práticas festivas marginalizadas. *Organizações & Sociedade*, 28(96), 112-134. <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9604>
- Sousa, L., Costa, P. M., Bäckström, B., Magano, O., & Albuquerque, R. (2022). Receber de 'braços abertos': O papel da sociedade civil no acolhimento de refugiados em Portugal. In E. J. Costa, F. C. Silva, & E. M. Sá (Orgs.), *Migrações e suas subjetividades* (pp. 194-219). Mosaico Produção Editorial
- Spiller, K., Whiting, A., Awan, I., & Campbell, B. (2022). The politics of everyday counter-terrorism: Online performances and responsibilities of the prevent duty in UK higher education institutions. *Sociology*, 57(5), 1-19. <https://doi.org/10.1177/00380385221129933>
- Talvitie-Lamberg, K., Lehtinen, V., & Valtonen, S. (2022). Tactics of invisibility: how people in vulnerable positions make datafied everyday life livable. *New Media & Society*, 26(9), 1-20. <https://doi.org/10.1177/14614448221136073>
- Universidade Católica Portuguesa. (2024). *Censos 2021: Portugal tem menos católicos e mais pessoas sem religião*. <https://www.ucp.pt>
- Uriarte, U. M. (2012). Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. *Redobra*, 1(10), 171-189.
- Wang, Y. (2024). Rejecting resistance: everyday resistance and harmony in Chinese hip-hop. *Sociological Review*, 72(5), 1136-1155. <https://doi.org/10.1177/00380261231157208>
- Yamamoto, G. C., & Ichikawa, E. Y. (2023). As práticas sociais da imigração: o cotidiano da imigração de brasileiros na Dinamarca. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(4), 1-20. <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v21n40411>